

# Quadro Negro



CNTE CONTEE



Impresso Especial

04852001DR/BSB/ECT  
SINPRO-DF

CORREIOS

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXIV - Nº 134 - Dezembro/2003

## Para ganhar um ano novo

*Para você ganhar um belíssimo Ano Novo,  
Cor de arco-íris ou da cor da sua paz,  
Ano Novo sem comparação com todo o tempo já vivido  
(mal vivido ou sem sentido)...*

*Para você ganhar um ano não apenas pintado de novo,  
Remendado às carreiras,  
Mas novo nas sementinhas do vir-a-ser,  
Novo até no coração das coisas menos percebidas  
(a começar pelo seu interior)...*

*Você não precisa beber champanha ou qualquer outra birita,  
Não precisa expedir nem receber mensagens  
Não precisa fazer lista de boas  
Intenções para arquivá-la na gaveta.*

*Não precisa chorar de arrependido  
Pelas besteiras consumadas,  
Nem parvamente acreditar  
Que por decreto da esperança,  
A partir de janeiro as coisas mudem  
E seja tudo claridade, recompensa,  
Justiça entre os homens e as nações,  
Liberdade com cheiro e gosto de pão matinal,  
Direitos respeitados,  
Começando pelo direito augusto de viver.*

*Para ganhar um Ano Novo que mereça este nome,  
Você, meu caro, tem de merecê-lo,  
Tem de fazê-lo de novo,  
Eu sei que não é fácil,  
Mas tente, experimente, consciente.*

*É dentro de você que o Ano Novo cochila  
E espera desde sempre.*

*( fragmentos de poema de Carlos  
Drummond de Andrade. Título nosso)*

*Feliz 2004 a todas as professoras  
e professores que juntos lutam  
por um mundo melhor.*



### RETRATOS DA NOSSA LUTA EM 2003

Câmara Legislativa aprova novo Plano de Carreira dos professores do Distrito Federal. Páginas 2 e 3.

## Campanha Salarial 2003

# Base governista quebra a palavra mas aprova Plano de Carreira

O Plano de Carreira para os professores foi aprovado na Câmara Legislativa no último dia 15 de dezembro. O projeto incluiu várias emendas apresentadas pelos professores, fruto da nossa luta, mas infelizmente não atende nossas principais reivindicações.

O projeto aprovado desestrutura a carreira do magistério. Ele foi votado em função de pressão exercida pelo GDF, particularmente pela líder do governo, deputada Eurides Brito, que juntamente com os 15 demais membros da base governista passaram o trator e não negociaram nem discutiram democraticamente as demais emendas apresentadas pela nossa categoria.

O GDF não investe um centavo nesse plano. Todos os recursos aplicados no setor são oriundos do Fundo Constitucional, portanto vêm do governo federal. Daí a intransigência do GDF, que não negociou nem aceitou sequer que nossas emendas entrassem em votação, pois não quer aplicar recursos próprios em educação, apesar desses recursos serem arrecadados da população do DF. Na Educação do DF, o governo Roriz entra com as maldades e o governo federal com os recursos.

## QUEBRA DE PALAVRA

A situação foi dramática. Desde setembro os professores ficaram acampados na Câmara Legislativa. Inúmeras reuniões foram realizadas com parlamentares, particularmente com a Comissão de Educação, mas em uma manobra de última hora, faltando poucos dias para o projeto ser votado em plenário, deputados governistas retiraram o projeto da Comissão de Educação e o encaminharam para a Comissão de Constituição e

Justiça e para a Comissão de Orçamento e Finanças, onde prevaleceu a vontade do GDF.

Na sexta-feira, dia 12, quando da votação em 1º turno, a bancada do PT aceitou votar o projeto como estava diante do compromisso dos deputados do governo de, na segunda-feira, dia 15, segundo turno de votação, serem discutidas e votadas as emendas apresentadas pelo Sinpro. O presidente da Câmara e a líder do governo deputada Eurides Brito concordaram. Isso em plenário, na presença de todos.



*Professoras e professores na galeria da Câmara Legislativa nos dias de votação do Plano de Carreira.*

## CARTAS MARCADAS

No dia da votação em segundo turno, quando diretores do Sindicato foram discutir com parlamentares, as cartas já estavam marcadas. As ordens superiores – do GDF – tinham que ser cumpridas. Os deputados governistas voltaram atrás, faltaram com a palavra empenhada e aprovaram o projeto do governo com algumas emendas nossas, mas sem nenhu-

ma discussão e sem acatar as principais emendas que apresentamos.

Em conversa com um dirigente da nossa entidade, um dos deputados da base governista chegou ao cúmulo de perguntar: eu quero que você me prove que sua proposta de plano é boa? Já outros dois deputados, também ligados ao GDF, afirmaram categoricamente: não se preocupe com isso, nós não temos votos nessa ca-

tegoria mesmo.

Esse foi o quadro dominante: 16 deputados governistas subservientes, fazendo o jogo de um governo que não investe em educação nem valoriza seus profissionais.

Mas nem tudo está perdido. Conseguimos, com nossa luta e determinação, que o Plano de Carreira fosse à Câmara e lá aprovado. Agora, vamos começar o ano Novo como sempre fizemos: na luta para melhorar esse plano, sabendo que temos capacidade de pressão e que, se já vencemos várias vezes, podemos vencer muitas outras mais.

## Campanha Salarial 2003

# Emendas propostas pelos professores e contempladas no Plano de Carreira

**Primeira emenda** - Os Professores classes A e B, concursados para o Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série, com habilitação em área específica, terão preferência para atuar nessa área mediante seu interesse e a critério da administração.

**Segunda emenda** - O servidor que, em 29 de fevereiro de 2004, estiver posicionado nos padrões 6, 12 e 18 da Carreira Magistério Público, que ainda não tiver atendido as exigências para a progressão por merecimento perceberá, a partir de 1º de março de 2004, a Gratificação de Incentivo à Carreira correspondente a terceira, quinta e sétima etapas, respectivamente, observado o disposto no Capítulo II, Seção I e sua regulamentação.

**Terceira emenda** - Ao servidor que for posicionado na segunda, na quarta e na sexta etapa e que já cumpriu as exigências para a progressão por merecimento na Carreira anterior, não será exigida nova comprovação para a progressão por merecimento na passagem para a terceira, a quinta e a sétima etapas, respectivamente, de que trata o Capítulo II, Seção II.

**Quarta emenda** - O servidor que, em 29 de fevereiro de 2004 estiver submetido a carga horária semanal de 20 horas no diurno ou de 40 horas, sendo 20 horas no diurno e 20 horas no noturno, permanecerá nesta situação, observado o parágrafo 2º.

**Quinta emenda** - A qualificação profissional, visando o aprimoramento permanente do ensino e a promoção na Carreira Magistério Público do

DF, ocorrerá por meio de participação em cursos de formação, treinamento, aprimoramento, especialização, mestrado e doutorado, ou ainda em outras atividades de atualização profissional proporcionadas pela Secretaria de Estado de Educação ou por instituições legalmente autorizadas, observados os programas prioritários e segundo normas a serem definidas por essa Secretaria.

**Sexta emenda** - A progressão por merecimento, a ser regulamentada, dar-se-á na passagem da terceira, quinta e sétima etapas, ficando o servidor nelas posicionado até o cumprimento das exigências requeridas para esse fim.

**Sétima emenda** - o servidor posicionado nas etapas mencionadas no parágrafo anterior que ainda não tiver atendido às exigências para a progressão por merecimento, fará jus aos percentuais de 70%, 110% e 150% da gratificação de Incentivo à Carreira - GIC, de que trata o anexo III, passando a receber, na íntegra, os percentuais previstos nesse Anexo a partir da data de comprovação das exigências requeridas.

- *Esta emenda dará direito à promoção por merecimento (pular a barreira) mesmo que o professor não apresente cursos para a promoção. Ele terá, no entanto, que apresentar os cursos nos três anos seguintes para continuar a progredir na carreira.*

**Oitava emenda** - A avaliação do sistema escolar e a avaliação de desempenho serão feitas por meio de instrumentos de avaliação construídos coletivamente sob a supervisão da Comissão de Gestão da Carreira.

- *Esta emenda garantirá a participação do Sinpro nas discussões acer-*

*ca do processo de avaliação de desempenho. É importante ressaltar, entretanto, que a avaliação de desempenho como instrumento para a promoção por merecimento foi um dos retrocessos do projeto votado na CLDF. Nossa luta será para retirar esse instrumento do nosso plano de carreira.*

**Nona emenda** - Gratificação de Suporte Educacional, criada por esta lei, a ser concedida aos ocupantes do cargo de Especialista de Educação, Classe Única, que se encontrem atuando exclusivamente nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino, calculada à base de 30%.

- *Conquista importante para os orientadores profissionais.*

**Décima emenda** - Gratificação por Atividade em Estabelecimentos Prisionais e de Restrição de Liberdade - GLR, criada por esta lei, a ser concedida ao servidor da Carreira Magistério Público do DF, em exercício nas unidades dessa natureza, calculada à base de 45%.

- *Essa emenda irá beneficiar os professores que trabalham no Caje e nos presídios. A líder do governo, Eurides Brito, não aceitou incluir nesse benefício os professores que atuam no Proem e nas escolas do Parque da Cidade, como era a reivindicação original do Sinpro.*

**Décima-primeira emenda** - Os vencimentos dos cargos da Carreira Magistério Público do DF são fixados de acordo com o nível de escolaridade do servidor, observado o disposto nos arts. 5º e 11º desta lei.

**Décima-segunda emenda** - Os professores regentes, os readaptados ou com limitação de atividades, os coordenado-

res e os orientadores educacionais em exercício nos estabelecimentos de ensino gozarão de férias e recessos escolares coletivamente, de acordo com calendário elaborado pela Secretaria de Estado de Educação.

**Décima-terceira emenda** - Ficam assegurados ao servidor, em exercício nas atividades escolares, recessos de sete dias corridos a serem gozados entre o primeiro e o segundo semestres letivos e de 15 dias corridos a serem gozados entre o segundo semestre letivo do ano e o primeiro semestre letivo do ano subsequente.

Para atender ao interesse público e assegurar o cumprimento dos 200 dias letivos, o número de dias de recesso escolar poderá ser alterado, a critério da Administração.

**Décima-quarta emenda** - Fica assegurada a criação, por ato do Governo do Distrito Federal, da Comissão de Gestão da Carreira Magistério Público de caráter permanente e de composição paritária, constituída por representantes do Governo e do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Sinpro, para acompanhar a implementação do Plano de Carreira e outras atribuições que lhe forem conferidas.

**Décima-quinta emenda** - Fica assegurada aos servidores da Carreira Magistério Público do DF a revisão anual dos vencimentos constantes do Anexo II, na forma do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, vedada a compensação na concessão de reajustes futuros.

- *Esta emenda é importante porque garante que futuros reajustes não sejam compensados na tabela do Plano de Carreira.*

# Professores assinam convenção coletiva de trabalho

Após quatro meses de difícil negociação com o Sinepe-DF (Sindicato patronal das escolas de educação infantil, ensino fundamental, médio e cursos livres), os professores, reunidos em assembléia geral, decidiram pela

assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, na qual, dentre outras cláusulas com conquistas significativas, definiu-se o reajuste salarial da Campanha 2003/2004, explicitado abaixo:

Os salários serão reajustados em 1º

de maio, tomando-se por base o salário resultante da aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho 2001/2002 e a aplicação do INPC apurado entre 1º de maio de 2002 a 30 de abril de 2003, conforme quadro abaixo. O reajuste para as faixas um e dois será efetivado

em três parcelas: a primeira parcela a vigorar em 1º de maio de 2003, a segunda em 1º de outubro e a terceira em 1º de fevereiro de 2004, conforme os índices abaixo descritos. Para a faixa três o reajuste será efetivado em 1º de maio de 2003.

FAIXA	Total bruto da folha de pagamento do estabelecimento de ensino em relação ao faturamento. Mês de referência: abril/2003 (%)	INPC	REAJUSTE APLICÁVEL	PARCELAS		
				1ª	2ª	3ª
1	até 26,00%	100%	19,36%	12%	2,5%	3,97%
2	de 26,01% até 32,5%	70%	13,55%	8,4%	2%	2,69%
3	Acima de 32,5%	40%	7,74%	—	—	—

Os estabelecimentos de ensino que se enquadram nas faixas dois e três e quiserem aplicar aos salários os índices ali constantes deverão apresentar ao Sinpro os seguintes documentos: cópia do recolhimento do FGTS, referência abril/2003; relação de empregados; cópia do contrato de prestação de serviços de 2003; número de

alunos por turno, série e turma; relação dos alunos com bolsa integral; relação dos alunos que tenham desconto e seu percentual.

Foram 143 escolas que encaminharam a documentação para o Sindicato. Após conferência, chegamos a tabela abaixo

## ESCOLAS QUE ENTREGARAM A DOCUMENTAÇÃO PARA JUSTIFICAR O REAJUSTE DAS FAIXAS 2 E 3 DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2003/2004, CLÁUSULA 3ª

ESCOLA	índice	índice Apurado-Sinpro-DF
ABEC – Assoc. Brasil Central de Educ. e Cultura	7,74	7,74
Arvense Educacional	7,74	7,74
Associação Ordem das Altaneiras	7,74	Piso
Associação Pro educação Vivendo e Aprendendo	7,74	7,74
CEAI – Centro Educacional Arco Íris	7,74	7,74
Centro de Ensino M&B Ltda	7,74	Faixa 1 – 19,36
Centro de Educação Infantil Ivone Araújo	7,74	7,74
Centro de Educação Tia Elza	7,74	7,74
Centro de Ensino Alegria de Viver	7,74	7,74
Centro de Ensino Ápice	7,74	7,74
Centro de Ensino Casinha Feliz	7,74	7,74
Centro de Ensino Ciranda Cirandinha	13,55	13,55
Centro de Ensino D'Paula	7,74	Piso
Centro de Ensino Educandário de Maria	-	Piso
Centro de Ensino Isaac Newton	7,74	7,74
Centro de Ensino Mãe Admirável		
– Assoc. Esc. Profissional Doméstica de Taguatinga	7,74	7,74
Centro de Ensino Minas Gerais	7,74	7,74
Centro de Ensino Professora Rosane de Moraes – CEPROM	7,74	7,74
Centro de Ensino São Francisco	7,74	7,74
Centro de Ensino Sete Estrelas Ltda	7,74	Faixa 2 – 13,55
Centro de Estudos Superiores Planalto Ltda	7,74	7,74
Centro Educ. Evangélico Carlos Pereira – CEDECAP	7,74	7,74
Centro Educacional Católica	7,74	7,74
Centro Educacional Canarinho	13,55	13,55

ESCOLA	índice	índice Apurado-Sinpro-DF
Centro Educacional Delphos Ltda.	7,74	7,74
Centro Educacional Dimensão – Três Ursinhos	7,74	7,74
Centro Educ. I Dimensão II – Irmão Nery	7,74	7,74
Centro Educacional Fênix	7,74	7,74
Centro Educacional Jesus Maria José	7,74	7,74
Centro Educacional JK(Todas unidades)	7,74	7,74
Centro Educacional La Salle – Sobradinho	7,74	7,74
Centro Educacional Leonardo da Vinci	7,74	7,74
Centro Educacional Maria Auxiliadora	7,74	7,74
Centro Educacional Nossa Senhora das Vitórias	7,74	Faixa 1 – 19,36
Centro Educacional Nossa Senhora do Rosário	7,74	7,74
Centro Educacional Objetivo	7,74	7,74
Centro Educacional Origem	7,74	7,74
Centro Educacional Projeção – Todas unidades	7,74	7,74
Centro Educacional Renascença	7,74	7,74
Centro Educacional Rio Branco - ASSECE	7,74	Faixa 1 – 19,36
Centro Educacional Santa Maria Rosa Molas	7,74	7,74
Centro Educacional São Camilo	7,74	7,74
Centro Educacional Sigma	13,55	13,55
Centro Educacional Stella Maris	7,74	7,74
Centro Educativo Passionista Mãe da Santa Esperança	7,74	7,74
Centro Infantil Reino Encantado	7,74	7,74
Colégio Araberi	7,74	Faixa 2 – 13,55
Colégio Batista de Brasília	7,74	7,74
Colégio CECAP – Itabajara Catta Preta	7,74	7,74

Continua na próxima página...

**PARTICULARES**

ESCOLA	índice	índice Apurado-Sinpro-DF
Colégio CECAP – Peninsula Norte	7,74	7,74
Colégio CEUB	7,74	10%
Colégio Cor Jesu	7,74	7,74
Colégio de Sagres	7,74	Faixa 2 – 13,55
Colégio Dom Bosco – Inspetoria São João Bosco	7,74	10
Colégio Dom César	7,74	Faixa 2 – 13,55
Colégio Dromos	7,74	7,74
Colégio Ecos	7,74	7,74
Colégio Franciscano Irmã Maria Assunta	7,74	7,74
Colégio Imaculada Conceição	7,74	7,74
Colégio Interativo	7,74	Faixa 1 – 19,36
Colégio La Salle – Núcleo Bandeirante	7,74	7,74
Colégio Logosófico Gonzalez Pecotche	7,74	7,74
Colégio Madre Carmen Salles	7,74	7,74
Colégio Maria Imaculada – Ass. Educativa Assist. Maria Imaculada	7,74	7,74
Colégio Marista – EI e EF	7,74	Faixa 1 – 19,36
Colégio Marista – EM	7,74	Faixa 1 – 19,36
Colégio Marista Champagnat	7,74	Faixa 3 – 7,74
Colégio Marista João Paulo II	7,74	Faixa 3 – 7,74
Colégio Maurício Salles de Mello	7,74	7,74
Colégio Militar Dom Pedro II	13,55	13,55
Colégio Moraes Rego	7,74	7,74
Colégio Notre Dame	7,74	7,74
Colégio Pio XII	7,74	7,74
Colégio Rogacionista	7,74	7,74
Colégio Rui Barbosa	7,74	7,74
Colégio Sagrada Família	7,74	7,74
Colégio Sagrado Coração de Maria	7,74	7,74
Colégio Santa Dorotéia	7,74	7,74
Colégio Santa Rosa – AFNSMC	7,74	7,74
Colégio Triângulo LTDA	13,55	Piso
Congregação das Filhas do Divino Zelo	7,74	7,74
Creche Fundação Cabo Frio	7,74	7,74
Cresça – Centro de Realização Criadora	7,74	7,74
Criarte – Centro de Ensino	7,74	7,74
Cultura Inglesa	7,74	7,74
Curso e Centro Educacional Souza Lima	7,74	7,74
Educandário Espírito Santo	7,74	7,74
Escola Alfabetização Novo Horizonte	7,74	Piso
Escola Anjo da Guarda	7,74	7,74
Escola Batista Iban	7,74	7,74
Escola Batista Pastor Elias Brito Sobrinho	7,74	7,74
Escola Cantinho Cristão	7,74	Faixa 01 – 19,36
Escola Cantinho Mágico	7,74	7,74
Escola Cenecista de Brasília - CENEC	7,74	7,74
Escola das Nações	7,74	7,74
Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima	7,74	7,74

ESCOLA	índice	índice Apurado-Sinpro-DF
Escola Infantil Quem Me Quer	7,74	7,74
Escola La Salle Águas Claras	7,74	7,74
Escola Mãe da Divina Providência	7,74	7,74
Escola Maria Montessori–Província Carmelitana de Santo Elias	7,74	7,74
Escola Meta	7,74	7,74
Escola Monteiro Lobato	7,74	7,74
Escola Mundo Mágico	13,55	13,55
Escola Paroquial Santo Antonio	7,74	7,74
Escola Pedacinho do Céu	13,55	13,55
Escola Presbiteriana do Gama	7,74	7,74
Escola Presbiteriana do Guará - IPEB	7,74	7,74
Escola Salesiana São Domingos Sávio – Dom Bosco	7,74	13,55
Escola São Carlos	7,74	7,74
Escola Técnica CENACAP	7,74	7,74
Escola Técnica de Saúde	-	Faixa 2 – 13,55
Espaço Criança – Centro de Educação Infantil	7,74	7,74
FUBRAE – Fundação Brasileira de Tecnologia – CETEB	7,74	7,74
Galois	13,55	Faixa 1 – 19,36
Ícone – Referência em Ensino	7,74	7,74
INEI – Instituto de Educação Integral	7,74	7,74
Inst. Adventista Central Brasileira de Educação	7,74	7,74
Instituto Boas Novas	7,74	7,74
Instituto de Cultura Infantil Ltda - Candanguinho	7,74	7,74
Instituto de Educação Guinness	13,55	13,55
Instituto de Educação Jean Piaget	7,74	7,74
Instituto de Ensino Del Bambino	13,55	Faixa 01 – 19,36
Instituto de Serviço Social – Pax	7,74	7,74
Instituto Educacional Santos Elias	7,74	7,74
Instituto Madre Blandina	7,74	7,74
Instituto N. Senhora do Perpétuo Socorro	7,74	7,74
Inst.Natural de Desenv. Infantil - INDI	7,74	7,74
Instituto Nossa Senhora do Carmo	7,74	7,74
Instituto Técnico Educacional Madre Teresa	7,74	7,74
IPEC- Instituto Panorama de Ensino e Cultura	7,74	Faixa 1 – 19,36
Jardim de Infância Passo a Passo Ltda	13,55	Faixa 1- 19,36
Jardim de infância Rei Leão Primeiro Ltda	13,55	13,55
Jardim de Infância Tagarela	7,74	7,74
João e Maria Escola de Educação Integral	7,74	7,74
Lycee François Mittercond	7,74	7,74
Maria da Paz Leite Nisiyama	7,74	Piso
Marini Ensino Infantil Ltda Me	7,74	7,74
Maternal e Jardim de Infância Casinha Branca	7,74	Piso
Montessoriana Escola Infantil	7,74	7,74
Pré Escola Menino Deus	7,74	Piso
Sempre Maternal e Pré Escola	7,74	7,74
Seta – Serv. Educacional Com. Tec. Alternativo	7,74	7,74
Viver Centro de Ensino	7,74	7,74

**ATENÇÃO, PROFESSOR:**

se a sua escola não está na relação publicada acima, há duas situações possíveis:

**PRIMEIRO**

A escola estava pagando o piso salarial hora/aula =

- educação infantil à 4ª série do ensino fundamental: R\$ 3,16
- da 5ª à 8ª série do ensino fundamental: R\$ R\$ 4,51
- ensino médio: R\$ 7,22
- educ. de jovens e adultos (ens. fundamental): R\$ 4,40
- educ. de jovens e adultos (ensino médio): R\$ 4,95
- cursos livres: R\$ 4,40

Neste caso o reajuste tem que ter sido igual ou superior a 11,80%, de uma só vez, inclusive o retroativo ao 5º dia útil de outubro, para se alcançar:

- educação infantil à 4ª série do ensino fundamental: R\$ 3,53
- da 5ª à 8ª série do ensino fundamental: R\$ R\$ 5,03

- ensino médio: R\$ 8,06
- educ. de jovens e adultos (ens. fundamental): R\$ 4,91
- educ. de jovens e adultos (ensino médio): R\$ 5,52
- cursos livres: R\$ 4,91

**SEGUNDO**

A escola estava pagando salário maior que o piso salarial e não consta da relação acima. Neste caso o reajuste é igual ou maior que 19,36%. Verifique seu contracheque e certifique-se do reajuste.

Caso você tenha alguma dúvida, entre em contato com o Depart pelo telefone 321-5678/562-2780/556-9105.

# SINPRO JÁ TEM NOVO ESTATUTO

As propostas para o novo estatuto do Sinpro foram aprovadas em assembléia geral da categoria. De maneira geral foi mantido o texto discutido durante o VI Congresso de Educação, com poucas modificações. O texto integral das propostas foi publicado na edição de julho do

Quadro Negro, mas será elaborada uma cartilha com o novo estatuto para ser entregue aos professores.

Entre as novidades está a proibição de que a folha de pagamento ultrapasse 40% da arrecadação da entidade; o impedimento de recondução por mais de dois mandatos consecuti-

vos para os diretores; a criação de comitês temáticos; etc. Foi suprimida a emenda que previa a isenção de contribuição para quem estava em tratamento de saúde, a fim de evitar a abertura de um precedente que poderia comprometer a saúde financeira da entidade.

A avaliação da diretoria é de que as mudanças tornarão o Sinpro mais ágil e menos burocratizado, o que facilitará o objetivo primeiro de sua existência: a luta pelos interesses da categoria e por melhores condições de vida e trabalho. As mudanças entrarão em vigor em 2004.

## Iº Seminário Literário Itinerário

O 1º Seminário Literário Itinerário ao Aluno do DF foi realizado no último dia 12 de novembro com a presença de cinco palestrantes, a apresentação do livreto de poesias dos alunos e a exposição de painéis poéticos.

A iniciativa é da professora Raimunda Rodrigues F. Marcelino, que reuniu, anteriormente, 250 participantes no 1º Concurso Literário "A Arte de fazer Poesias".

O projeto foi implantado na Escola Classe da 113 Norte e devido ao sucesso, será reeditado no próximo ano.

Segundo a professora Raimunda, o objetivo do projeto é proporcionar o senso crítico da realidade educativa, direcionada para o aprimoramento e proporcionar estratégias literárias que desenvolvam a capacidade de observação, comunicação e inspiração poética dos alunos.

A professora pretende implantar o projeto em outras escolas em 2004. Para quem estiver interessado, favor entrar em contato com os telefones 489-0224 (residência) ou 273-7589 (escola).

## Professora de Planaltina recebe prêmio Qualidade na Educação Infantil 2003

### Monet e Portinari para estimular a arte

- A professora Francinéia Gomes Soares, da Escola Classe Paraná, de Planaltina, foi uma das agraciadas com o prêmio Qualidade na Educação Infantil 2003 com a experiência "Arte e cultura na educação infantil". Um dos objetivos da educadora foi valorizar os conceitos de arte junto à crianças da periferia.

"Observei que as crianças não valorizavam seus próprios trabalhos e não tinham afeição pelo que faziam, porque a arte era vista como passatempo e não como campo de conhecimento", afirmou. Ela então desenvolveu uma metodologia baseada em "ver, pensar e fazer arte",

apresentando obras de Monet, Portinari, Volpi, fazendo contato com artistas locais e conhecendo o processo de criação dos artistas.

A partir daí foram propostas atividades lúdicas e prazerosas, com as crianças ilustrando histórias, produzindo pequenos textos. "Procurei escapar dos trabalhos estereotipados realizados na escola, como os desenhos mimeografados para colorir, que são isentos de uma discussão sobre o seu valor pedagógico para a formação das crianças", explica a educadora.

Francinéia, que estuda Artes Visuais, diz que hoje as crianças fazem até desenhos abstratos, que não apareciam an-

tes. Com os trabalhos produzidos foram realizadas exposições, entre elas um mural chamado "Nós e Monet".

O prêmio é concedido anualmente pela Fundação Orsa, pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo MEC. Dentre as 1603 inscrições recebidas, foram selecionados 27 projetos, um para cada estado brasileiro. Cada professor ganha R\$ 3 mil em dinheiro, certificado e um kit com material pedagógico. O prêmio nacional foi concedido à professora Vera Lúcia dos Reis, pela proposta "E por falar em saudade", desenvolvida com crianças e pais da cidade de Cruzeiro, em São Paulo.

## Confira as dicas e cuide da saúde

As clínicas de fonoaudiologia e psicologia da Asefe elaboraram um folder informativo com dicas para combater o stress e evitar distúrbios vocais, dois problemas que afetam diretamente a categoria.

Em linguagem simples e agradável, os profissionais da Asefe explicam que identificar as causas do estresse, procurar conhecer a si mesmo, reconhecer que precisa de cuidados e buscar ajuda médica são iniciativas fundamentais para combater o estresse. Esse mal dos tempos modernos provoca diversos distúrbios e pode

evoluir para a depressão e ataques de pânico.

Para combatê-lo, as dicas: adotar atitudes positivas, focalizar uma coisa por vez, meditar, praticar atividades físicas, não exagerar os problemas, se divertir e se alimentar adequadamente e procurar ajuda médica, quando se acumulam as sensações de tristeza, prostração, perda de memória, angústia, medo, falta de ar.

Nossa voz é instrumento de trabalho

A respeito da preservação de nossa voz, os especialistas recomendam que se beba pelo menos dois litros de água por dia, principalmente durante

as aulas, que se evite água gelada, derivados de cafeína, fumo e álcool. Entre outras dicas, lembrem que nunca se deve falar gritando e que devemos preferir um pano úmido ao apagador, mas se isso não for possível, apagar de cima para baixo, falar sempre virado para a turma, projetando a voz no centro da sala, fazer um repouso vocal no intervalo das aulas e evitar pigarrear ou tossir.

Este importante folheto informativo está à disposição dos associados da Asefe. Utilize-o!

EDUCAÇÃO

**IE define debates sobre educação**

O Conselho Executivo Mundial da Internacional da Educação - IE antecipou em cinco dias a realização do Congresso Mundial da Educação, que será em Porto Alegre - RS, em 2004.

O evento está confirmado para entre 22 e 26 de julho do próximo ano, segundo o Deputado Federal Carlos Abicalil, representante do Brasil na IE para a América Latina, que participou em Bruxelas, na Bélgica, de um encontro da entidade na semana passada.

A expectativa dos organizadores é reunir mais de mil delegados na capital gaúcha, em 2004.

O tema do debate do ano que vem, de acordo com o parlamentar, já está definido: "Educação: Serviço Público ou Mercado-ria?". De acordo com Abicalil, o objetivo será discutir políticas educacionais contemporâneas que se polarizam entre a afirmação de um direito universal e o atendimento às necessidades do mercado.

Na reunião da semana passada, em Bruxelas, o Conselho Mundial confirmou ainda a realização de eventos prévios com temáticas especiais como o Fórum de Educadores Indígenas e o Seminário sobre a Condição das Mulheres, ambos no dia 21 de julho, e o Simpósio de Educação Superior, no dia 20 de julho do ano que vem, também em Porto Alegre.

**Reforma da Previdência: sábio conselho**

"Acreditando e trabalhando e fazendo muito esforço não há tarefa impossível para um ser humano que acredita nos propósitos". Bonito, não? Trata-se de uma frase proferida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após a aprovação da reforma da Previdência. Devemos, portanto, seguir o conselho do nosso presidente e acreditar e trabalhar e fazer muito esforço para que a tarefa de dar a esse país um modelo previdenciário socialmente justo seja realizada.

A proposta aprovada se desvia bastante do ideal: aposentados serão taxados, mesmo aqueles com mais de 60 anos; o teto de isenção permanece em R\$ 2.400,00, embo-

ra a CUT tenha defendido a elevação para R\$ 4.800,00; as pensões continuam com redutor de 30%. Enfim, o governo conseguiu aprovar o mesmo texto que veio da Câmara e, agora, se prepara para acelerar a tramitação da PEC paralela, que pode alterar a reforma aprovada. A exigüidade de tempo, com a proximidade das festas de fim de ano praticamente inviabiliza mobilizações de vulto, mas deixa aberta a porta para que mudanças que atendam aos interesses dos trabalhadores em educação sejam implementadas por meio da pressão da oposição. É que sem os votos desses partidos, dificilmente o governo

conseguirá aprovar a PEC paralela ainda em dezembro.

Mais uma vez, precisamos acreditar, trabalhar e fazer muito esforço de convencimento para que a pressão política faça com que a tramitação se dê de maneira a beneficiar o trabalhador.

O Sinpro irá conversar com a direção da CNTE e de outras entidades de alcance nacional para discutir a possibilidade de entrar na Justiça contra a reforma, assim que ela for promulgada. Pretendemos lutar até às últimas conseqüências para impedir o desrespeito aos direitos adquiridos.

**Professor ganha vinte vezes menos que um juiz**

A diferença entre o menor salário médio de um professor que leciona na educação infantil, R\$ 423, e o de juiz, chega a ser de 20 vezes. A remuneração de um professor de ensino médio, R\$ 866, é quase a metade do salário de um policial civil. Esses são apenas alguns dos dados apurados no estudo *Estatísticas dos Professores no Brasil* produzido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e pelo MEC (Ministério da Educação), cruzando informações do Censo Escolar, Censo da Educação Superior, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Muita coisa precisa mudar para que o professor receba a valorização que merece.

As diferenças salariais são ainda maiores entre os professores das diversas regiões. Um professor de educação infantil no Nordeste ganha R\$ 232, enquanto o da região Sudeste ganha R\$ 522.

As coisas não melhoram quando o quesito para avaliação das escolas públicas é a infra-estrutura: 45% dos profissionais de educação trabalham em escolas sem bibliotecas, 74% em estabelecimentos sem laboratórios de informática e cerca de 80% não contam com laboratórios de ciências.

A dupla ou tripla jornada de trabalho atinge a todas as faixas, mas é particularmente grave no caso dos professores

do último ano do ensino médio: quase 25% dos professores de Português e Matemática submetem-se a jornadas de mais de 40 horas semanais. "Isso com certeza compromete o desempenho do professor, pois concorre com outras atividades que exigem tempo adicional, como o planejamento das atividades em sala de aula, por exemplo", citam os autores do estudo.

Segundo o levantamento, a formação dos professores melhorou em todos os níveis de ensino. Contudo, apenas 57% dos docentes possuíam formação superior. O estudo detectou ainda que o crescimento da licenciatura não atende à demanda de professores. Segundo estimativa, haverá carência de mão-de-obra em 2006. O problema deverá ser maior para as séries finais do ensino fundamental e para o ensino médio, principalmente em disciplinas como Física e Química.

Essa pesquisa prepara um grande levantamento que será feito para conhecer o número de professores por disciplina, que será revelado pelo Censo dos Profissionais do Magistério. O Inep enviará 2,5 milhões de formulários a 212 mil escolas públicas e privadas. Com o censo, será conhecido o perfil do professor, a prática pedagógica e os recursos disponíveis para a realização do trabalho docente.



Todas as **quartas e sextas-feiras** o Sinpro tem um espaço em um programa ao vivo na TV Bandeirantes, canal 4, a partir de 13h. O objetivo de termos adquirido os direitos desse tempo no programa foi dar mais agilidade às informações de nossas lutas e estabelecer um contato direto com os professores e a comunidade, informando, esclarecendo nossas questões, ao mesmo tempo em que denunciemos o descaso do GDF com a educação pública e seus profissionais.

Há a possibilidade inclusive de darmos espaços às reclamações de questões específicas de cada escola, pois o programa é aberto à participação de todos os professores. Os interessados em utilizar o espaço para divulgar alguma agenda, ou evento da escola ou denunciar, devem entrar em contato com a Secretaria de Imprensa do Sinpro pelo telefone **321-5678**, falar com a **Lene**, com alguma antecedência e informar o assunto a ser divulgado.

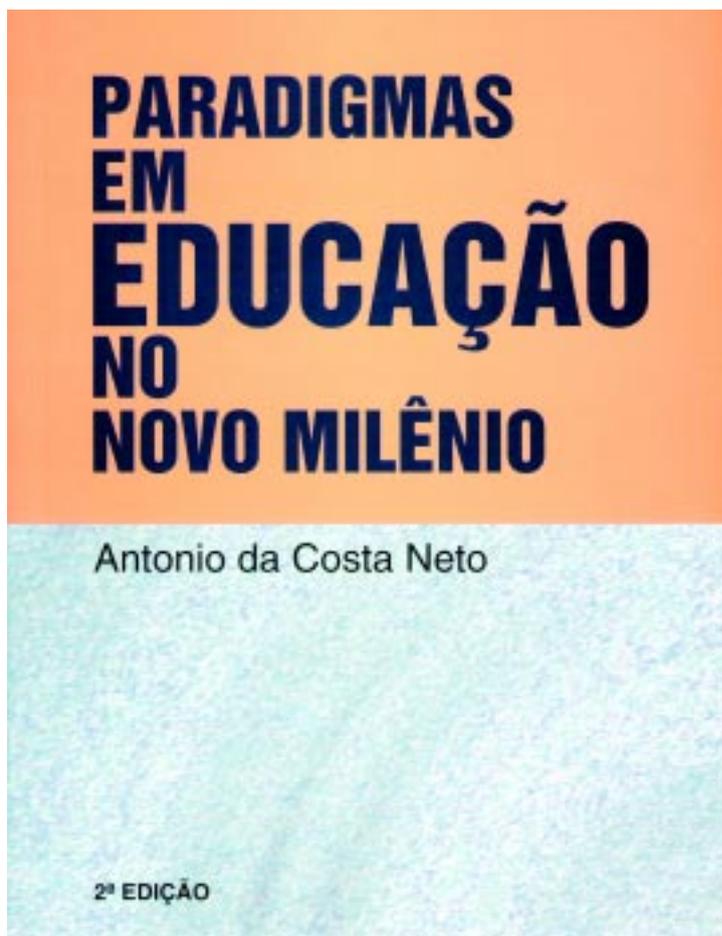
**Participem e assistam! É um espaço nosso, sem censura.**

## LIVRO: PARADIGMAS EM EDUCAÇÃO NO NOVO MILÊNIO

Por que mesmo com as grandes transformações técnicas, humanas, sociais, ecológicas, dentre tantas outras que vêm ocorrendo, especialmente nos últimos tempos, a educação continua sendo a mesma? Por que as escolas muito pouco mudam no seu monótono cotidiano? É verdade que quase todos os envolvidos com a questão da educação estão muito descontentes. Por que, então, as coisas não mudam no contexto da escola?

Estas e muitas outras foram as questões que motivaram o professor **Antonio da Costa Neto** a pesquisar exaustivamente, visitar escolas, conversar com pais, professores, servidores, alunos e ex-alunos para diagnosticar os principais problemas e levantar possíveis alternativas de solução. A síntese dessa pesquisa feita com vistas à sua dissertação de Mestrado feito junto à Universidade Católica de Brasília, originou posteriormente o livro *Paradigmas em educação no novo milênio*, publicado pela Editora Kelps, de Goiânia, que já está em sua segunda edição.

Neste trabalho o autor apresenta as grandes crises que conduzem a educação a um contundente fracasso humano e social ao mesmo tempo em que aponta os fatores que direcionam tendenciosamente a educação e a escola para este fracasso paradoxalmente estratégico. Afinal, a educação como instrumento de condução de massas



nasceu para ser preferencialmente perversa. O fim precípua da educação, conforme diz, não é o de formar cidadãos, mas, na verdade, aniquilar as consciências para a perpetuação de um modelo capitalista profundamente explorador.

Assim, o professor Antonio Costa aponta como soluções a tomada de consciência sobre a concepção ideológica da educação, para o que os educadores e, principalmente os professores busquem entender os pressupostos básicos do que, como, para que, para quem e, principalmente contra quem podemos estar fazen-

do em educação. Neste sentido, o livro apresenta uma síntese comparativa entre os pressupostos do antigo e do novo paradigmas em educação, no que diz respeito a políticas e diretrizes; conteúdos e programas; métodos e técnicas de ensino-aprendizagem; instrumentos de avaliação; papel do professor; comportamento esperado do aluno e fins da educação.

Neste estudo ficam claros os segmentos, os caminhos e as ações que devemos todos tomar se quisermos, de fato ser agentes de uma educação de verdade. Educação que promova o homem e o educador em sua essência. Que defina propósitos, sentidos e destinos da escola, dos educadores, da respeitabilidade de suas carreiras e remunerações. Enfim, um trabalho que vem revolucionando as leituras e os conceitos da educação em todo o País. Já adotado em algumas grandes Universidades, aponta políticas, diretrizes e reflexões profundas para que possamos acertar mais. Fazer educação com eficiência e, principalmente, com vistas a buscar e a facilitar os caminhos para a felicidade.

**O livro pode ser encontrado nas principais livrarias da cidade, ou na Distribuidora Librarium, no SRTVN, pelo fone: 328 41 91, ou ainda pelo 274 27 55.**

## Melhorando a qualidade de vida

Educação ambiental, agricultura orgânica, alimentação saudável. Esse é o trinômio que está dando o que falar no **Centro de Ensino Fundamental 15, de Taguatinga**. Há um ano o professor José Luís desenvolve o projeto “Melhorando a qualidade de vida”, um trabalho interdisciplinar em que os alunos aprendem a importância da reciclagem, plantam alimentos com técnicas orgânicas, sem agrotóxicos e recebem noções sobre a importância de se alimentar saudavelmente.

São 570 alunos de 10 a 15 anos que hoje participam do processo de reciclagem de lixo da escola, fazem compostagem dos resíduos orgânicos para adubar a horta onde cenouras, salsinhas, cebolinhas e outros cheiros são plantados para enriquecer a merenda escolar, plantam viveiros de flores e fazem jardins. Os materiais recicláveis são vendidos e reforçam o caixa da escola.

Na parte teórica, aprendem a evitar excesso de açúcares, refrigerantes e gordura. Segundo o professor José Luís, já dá para perceber os efeitos no processo de conscientização pelos comentários dos pais e alunos.

Ele cita uma curiosidade: a partir do momento em que os alunos passaram a cultivar e plantar os jardins da escola, ou seja, a se envolverem na sua produção, passaram também a evitar que eles fossem danificados.

“**Acredito que projetos semelhantes podem ser desenvolvidos em todas as escolas e podem ajudar a centrar o pensamento ecológico não apenas na proteção de animais como os mico-leões dourados, mas também pensando em uma vida melhor dos seres humanos**”, afirma José Luís.

# Políticas de formação em discussão

Com a participação expressiva de mais de 400 professores o Sinpro promoveu no dia 22 de novembro o Seminário sobre Formação Continuada de Professores, no auditório da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). O interesse pelo tema mostra o quanto os professores estão ávidos por se formarem e expandirem os seus conhecimentos.

Houve consenso de que a Eape (Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal) não tem cumprido o seu papel, já que o atual governo não tem priorizado o investimento na escola. Os professores aprovaram a realização de novos encontros para aprofundar a discussão sobre o tema.

Uma possibilidade para a formação dos professores é a realização de cursos de extensão e especialização em univer-

sidades públicas e privadas. Conversas nesse sentido têm sido mantidas com a UnB (Universidade de Brasília) e com o UniCeub e Católica. As secretarias de formação, assuntos educacionais e cultura estão decididas a realizar gestões, convênios e cursos próprios a partir de 2004.

O Sinpro pretende, de acordo com

a deliberação dos professores, buscar várias alternativas para promover a formação dos professores. Este debate contou com o apoio da Faculdade de Educação da UnB e da presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa, Arlete Sampaio (PT) e da presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Érika Kokay (PT).

## Ciclos de formação: vítima ou vilão?

Em recente seminário realizado pelo INEP/MEC na UnB, educadores avaliaram as experiências implementadas no país que substituem a organização seriada pela política de ciclos de formação. Segundo o INEP, hoje cerca de 20% da rede de ensino do país adota os ciclos.

Cabe destacar que os educadores progressistas têm defendido a necessidade de mudanças no tempo, espaço, organização do trabalho e dos propósitos da escola. Nesse sentido, a perspectiva dos ciclos de formação significa romper com a lógica que fundamenta a escola seriada, pautada na compartimentalização do conhecimento, na transmissão de conteúdos estanques visando exclusivamente à preparação para o mercado de trabalho, na avaliação classificatória, no trabalho isolado e na rigidez do tempo escolar.

Dessa forma, a adoção dos ciclos consiste em construir uma proposta voltada para a formação humana respeitando as fases de vida e o ritmo de desenvolvimento das crianças e adolescentes. Infelizmente os governos conservadores têm banalizado as propostas de ciclos, implementando-as sem oferecer condições para que elas possam ser desenvolvidas plenamente, reduzindo-as a aprovação

automática, para diminuir o custo com a educação. Nessa perspectiva, a proposta dos ciclos se desqualifica na medida em que ela tropeça nos aspectos desfavoráveis para a sua realização.

Algumas considerações foram levantadas pelos participantes do seminário para que a proposta de ciclos de formação tenha êxito:

1) A adoção dos ciclos de formação requer um firme investimento em política de formação continuada, porque mexe com valores que estão arraigados na cultura docente. Além do mais, não existe avaliação continuada na escola com corpo docente descontinuado;

2) Algumas pesquisas feitas indicam que os professores que trabalham nas escolas que adotaram ciclos de formação estão mais propensos a assumir riscos para que os alunos aprendam;

3) Os ciclos de formação não podem ser vistos como contraposição àquilo que foi criado fora da escola - mazelas, injustiças, miséria, pobreza. Portanto, o ciclo não é vilão, mas vítima da ausência de políticas públicas efetivas;

4) Ciclo de formação não é progressão continuada. Pois o que está em jogo são as fases de desenvolvimento do aluno. Formar é diferente de instruir e exige

questionamento de todos os espaços e tempos da escola;

5) A avaliação dos ciclos de formação não deve ter como indicador apenas o resultado em Português e Matemática, mas uma ampla avaliação da política pública que o apóia;

6) O êxito da proposta de ciclo depende também da redução do número de alunos por sala. Ela não terá êxito com salas de aula com mais de 35 alunos, como é a média do setor público;

7) É necessário alterar o regime de trabalho do professor. Os ciclos não funcionarão com professores horistas. Na gestão de Paulo Freire (89/92) no Município de São Paulo, o regime de trabalho dos professores era de: 25 horas com alunos; 8 horas de coordenação coletiva; 4 horas de coordenação individual na escola e mais 3 horas pagas para trabalhos individuais fora da escola;

8) Garantia do envolvimento dos pais e responsáveis no debate para que eles tenham clareza de quais são os horizontes das mudanças colocadas;

9) Criação de mecanismos que assegurem o debate entre as divergências. O novo passa pela exposição, conflitos de idéias e por se colocar em disputa;

10) Se apenas 20% dos alunos estão

nos ciclos nas escolas do país, é justo que essa proposta seja vista como responsável pelo caos na aprendizagem brasileira?

Portanto, as contribuições colocadas apontam que a adoção dos ciclos requer mudanças profundas na estrutura e sobre a finalidade da educação. Não basta mascarar a ordem existente. Acreditamos que seja importante a intensificação do debate em torno dos ciclos de formação como forma de vislumbrarmos a perspectiva de rompermos com a escola baseada na idéia do mérito, seleção e classificação que servem para naturalizar a exclusão social. Para isso temos de estar dispostos a abandonar a idéia de que uns são melhores do que os outros. Conceber a educação como um direito pautado na noção de que todos têm condição de aprender.

Por fim, apostar no ciclo de formação pressupõe o entendimento de que sua implantação se dê de forma gradativa, experimental, participativa e com o envolvimento da comunidade respeitando a autonomia da escola.

**Adilson César de Araújo**

Diretor de Formação do Sinpro



## De Olho em Seus Direitos

### PONTO FACULTATIVO

O ponto facultativo é definido por Decreto do Governador, portanto, em cada caso há de ser verificada, primeiramente, a extensão do alcance do mesmo, sendo usual a exclusão, por exemplo, das atividades essenciais, que funcionam 24 (vinte e quatro) horas por dia, como é o caso do Pronto Socorro.

Se o Decreto concede ponto facultativo aos servidores, sem fazer distinção ao professor, como servidor que é, o mesmo tem direito subjetivo a optar por trabalhar ou não no dia.

Ao optar por usufruir o ponto facultativo, por si só, o professor não tem que repor o dia não trabalhado. Tal qual ocorre se um dia o professor não for trabalhar mediante atestado médico, quando terá sua falta justificada, não havendo que se falar em reposição.

Ocorre porém que, se a Unidade de Ensino, como um todo, não funcionar, o dia não poderá ser considerado dentro do Calendário Escolar, o que passa por outra vertente, que não é o direito ao ponto facultativo, mas o fato de não ter ocorrido aula no estabelecimento, e ser necessária a reposição.

Por exemplo: no estabelecimento que apenas alguns professores optarem pelo ponto facultativo, mas a grande maioria preferir dar aula, não será necessária a reposição do calendário.

Para que não haja nenhum problema em relação a este aspecto, uma solução seria que no dia do ponto facultativo o professor atribuisse aos seus alunos atividades extra-classe, tais como: pesquisa, trabalho em grupo, etc, de forma que, mesmo não tendo atividade em sala de aula, possa o dia ser considerado como dia letivo normal.

### DESACATAR FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Nos termos do art. 331 do Código Penal, constitui o crime de desacato o fato de “Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa”.

O professor, no exercício de suas funções, tem direito a ter preservados o seu prestígio, respeito e a sua dignidade.

Podemos entender, então, que qualquer pessoa que desacate o professor, isto é, cometa ato contrário à dignidade, prestígio e respeito deste, no exercício de suas atividades, estará cometendo o crime de desacato.

Evidentemente que o crime de desacato somente existirá se houver vontade deliberada de uma pessoa em atingir a dignidade, prestígio e respeito do professor.

### FGTS

#### Como está o pagamento?

45% (quarenta e cinco por cento) dos professores já receberam o pagamento dos seus expurgos inflacionários na conta de FGTS.

35% (trinta e cinco por cento) das ações já se encontram em fase de execução, ou seja, elaboração de cálculos para o respectivo pagamento.

20% (vinte por cento) ainda estão sem decisão final, sendo 15 (quinze por cento) no Tribunal Regional Federal para uma nova decisão e o restante na 1ª Instância (Vara Federal e Juizado Especial Federal).

**Aqueles que não entraram com ação ainda poderão fazê-lo, devendo encaminhar, juntamente com a procuração, os extratos do FGTS entre o período de dezembro de 1988 até abril de 1990, da instituição financeira na qual era efetuado o depósito, no caso dos professores o banco depositário era o BRB, além de um extrato atualizado fornecido em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, bastando levar o número do PIS ou PASEP, ao Sinpro para providências.**

*Borges de Resende e Ferreira Advogados Associados  
p/ Ulisses Borges de Resende*

# Nossa luta continua

Finalmente, dia 15 passado, o novo Plano de Carreira dos professores foi aprovado na Câmara Legislativa, para vigorar a partir de março de 2004.

É o Plano de Carreira que precisávamos para recuperar nossa precária situação salarial, nossa auto-estima, nossas condições de trabalho? – Não, não é o Plano de Carreira dos nossos sonhos, que todos os professores merecem. Mas foi o que nossa luta conseguiu garantir, num embate com o GDF que governa de costas para a educação pública e seus profissionais, porque não tem a educação como prioridade entre suas metas de governo

Todos os professores – os que estiveram presentes nos vários momentos da luta nos últimos anos, e também os que não vieram – reconhecem a dura batalha empreendida pela Diretoria do Sinpro, juntamente com a categoria, por um Plano de Carreira justo, que corri-

gisse as imperfeições e injustiças do atual, que contemplasse todos os setores da categoria e recuperasse nossas condições salariais, de trabalho e de vida.

Foram dezenas de assembleias, paralisações, reduções de horário, passeatas, carreatas, manifestações, reuniões nas escolas, com os delegados e representantes sindicais, horas de negociações, greve geral, greve de fome, acampamento de 85 dias em frente à Câmara Legislativa, até que, em 15 de outubro passado, conseguimos que o governo enviasse aos deputados distritais, o projeto ora aprovado, com algumas emendas que mudaram muito pouco o seu texto

original.

Apresentamos todas as emendas necessárias para tornar o projeto bom e justo, mas a intransigência e o desrespeito do GDF pela educação pública e seus profissionais mais uma vez se concretizou. Por orientação da líder do Governo Roriz na Câmara Legislativa, deputada Eurides Brito, os parlamentares da base governista foram contra as principais emendas que melhorariam o projeto aprovado. Como são maioria na casa - usando um termo popular - “passaram o trator nos professores” e aprovaram um plano que está longe de ser aquele que

melhoraria nossas vidas e de nossas famílias.

Mesmo não sendo o plano que precisamos, este que conseguimos é resultado da luta, do empenho, da dedicação, do sacrifício daqueles que lutam sempre. Poderia ser melhor, se os mais de 30 mil professores participassem

ativamente das atividades como nós participamos.

Mas fica a lição: se muito vale o já feito, mais vale o que virá. Nossa luta continua e não pára nunca. Parabéns companheiras e companheiros imprescindíveis que continuam acreditando em nossa força e em um mundo melhor: justo, fraterno, solidário e menos desigual.

Aproveitemos o descanso e a tranquilidade que as férias proporcionam, depois de um ano tão trabalhoso. Utilizemos esse tempo para também recarregar nossos ânimos e sentimentos. Apesar de tudo, o ideal da educação pública de qualidade para nossos filhos é compromisso de todos que escolheram como profissão **a arte de ensinar.**

**SE MUITO VALE O JÁ  
FEITO, MAIS VALE O  
QUE VIRÁ. NOSSA LUTA  
POR UM MUNDO  
MELHOR: JUSTO,  
FRATERNAL, SOLIDÁRIO  
E MENOS DESIGUAL  
CONTINUA E NÃO PÁRA  
NUNCA.**

FALA PROFESSOR

# A cegueira das autoridades

A capacidade de estarmos à frente de bandeiras que transcendem o presente nem sempre garantem a vitória esperada. A cegueira das autoridades em compreenderem o que significa enxergar além do seu tempo, não deixam que percebam a educação como construção do amanhã. Exemplo disso são os resultados da luta dos professores e de toda comunidade escolar neste ano que se encerra.

Ao longo deste ano, vários foram os movimentos que apresentaram à socie-

dade a disposição de elaborar um projeto social que priorize a educação a partir do ser crítico, participativo, reivindicativo e autônomo em suas opiniões. Manifestações, passeatas, assembléias geral e regional, congresso de educação, seminários, cursos de formação política, debates, visitas às escolas, enfrentamentos nas escolas e regionais com direções autoritárias, acampamento na câmara legislativa, foram algumas das atividades que fizeram de 2003 um ano de embates diários da categoria em defesa da educação.

É bem verdade que estamos longe de vermos nossos objetivos alcançados. Por outro lado, sabe-se que os frutos das sementes que plantamos precisam ser por nós digeridos não com gosto de fel, mas com a clareza de que tudo que conquistamos é produto de nossa força, determinação e coragem. Afinal de contas, aqueles que lutam jamais podem ser chamados de derrotados.

O recente plano de carreira do magistério público do DF está anos-luz daquilo que minimamente humaniza nos-

sa docência. Por outro lado, temos também a certeza de que a aprovação deste documento não representa o fim da luta dos professores, ao contrário, sinaliza com veemência a continuidade de uma luta que se processa a cada momento, que nos indignamos com as injustiças com aqueles que educam transformando o presente e construindo o futuro com a ternura e a bravura dos guerreiros que vêem além do seu tempo.

**Garibel – diretor do Sinpro.**

## PEC do piso salarial dos professores é apresentada na Câmara

O presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), afirmou que vai se empenhar para que seja ágil a tramitação da emenda (PEC nº 216/03), que estabelece o piso salarial profissional nacional dos profissionais da educação. A proposta é de autoria dos deputados petistas Antonio Carlos Biffi (MS), Carlos Abicalil (MT) e Neyde Aparecida (GO). O presidente da Câmara disse que até meados de março a proposta deve chegar à Comissão de Constituição e Justiça.

A PEC, segundo Abicalil, já tem cerca de 200 assinaturas de parlamentares. Por se tratar de uma mudança na Constituição Federal, era necessário o aval de pelo menos 180 deputados para que a proposta fosse protocolada. “Pedimos do Poder Legislativo uma especial atenção à essa PEC. A instituição de piso salarial nacional é uma expectativa muito grande dos profissionais da educação, desde 1988”, afirmou o secretário-geral da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Roberto Leão.

A proposta, de acordo com Abicalil,

determina uma série de princípios da educação escolar, como a valorização dos profissionais, garantia de planos de carreira e ingresso exclusivo por concurso de provas e títulos. Para o deputado, a falta de definição profissional é um dos motivos pelos quais os salários dos professores são baixos. Ele lembrou que todas as tentativas feitas até agora de estabelecer um piso salarial nacional esbararam na interpretação constitucional de que essa atribuição seria exclusiva de estados e municípios.

Pela emenda, o piso será o valor mínimo de remuneração de um professor no início da carreira, em regime de trabalho integral, nas esferas federal, estadual ou municipal. Dados da Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) mostram que os professores recebem bem menos do que profissionais com idêntica qualificação em outros setores do mercado de trabalho. O salário médio de um professor de turmas de primeira a quarta série é de R\$ 570, enquanto no ensino médio é de pouco mais de R\$ 1 mil.

## Nota de repúdio contra o desvio de verbas públicas no CEF 04 do Gama

Nós, professores e servidores do Centro de Ensino Fundamental 04 do Gama, indignados com o desrespeito com que vem sendo tratado o patrimônio público, no que diz respeito ao gerenciamento das verbas repassadas pelos governos local e federal a esta escola, vimos a público manifestar o mais veemente repúdio à política da atual direção.

É inadmissível que representantes nomeados pela Secretaria de Estado de Educação do DF utilizem o poder que lhes foi outorgado para desviar recursos provenientes da sociedade civil e defender interesses pessoais, o que tem causado a todos inestimáveis prejuízos.

Esses maus profissionais, que transformam escolas em meios de obtenção do lucro fácil, esquecem os compromissos assumidos com pais, alunos, professores e auxiliares de ensino e atingem não só a sua imagem, mas também a de nossas instituições públicas e seus servidores, situação que precisa ser imediatamente corrigida.

Cumpramos dizer que, ao objetar contra esse descalabro, comprovado por um simples confronto de notas fiscais com o balanço apresentado pela própria direção, estamos agindo unicamente de acordo com os princípios democráticos. Não aceitamos, portanto, qualquer tipo de insinuação contrária.

Sentimo-nos profundamente atingidos em nossa honra e acreditamos que só um novo corpo de diretores, constituído democraticamente, traria de volta profissionais mais honestos, comprometidos e competentes, bem como mais transparência nas ações. O atual modelo de nomeação, resultante de um processo autoritário, precisa ser discutido.

Aguardamos ansiosamente a apuração completa dos fatos e a punição exemplar dos envolvidos por parte da GRE (Gerência Regional de Ensino) e do poder público, e deixamos bem claro que não compactuamos com esse tipo de prática, de graves conseqüências para a educação como um todo.

A educação não merece ser tratada com tamanho desrespeito.

**Professores e Servidores do CEF 04 - Gama**

# Professor ou profissional de Educação Física?

O surgimento, manutenção e extinção de uma determinada profissão, ao longo da história, é determinado pelas relações de produção existentes em sua época e não por meras concessões legais do Estado. Uma determinada profissão que, no contexto de sua época, pode ser muito respeitada e útil à sua sociedade, em outro momento histórico poderá ter o seu papel extremamente reduzido, ou ser simplesmente extinta, devido à modernidade tecnológica, aos interesses do capital, ao processo de industrialização, etc.

Um bom exemplo, do que ora se coloca, é o caso dos alfaiates. Profissionais tão respeitados nas primeiras décadas do Século XX, normalmente tinham os seus representantes nos parlamentos e nos diversos círculos de discussões, dado à influência social, o grau de amadurecimento político e da respeitabilidade adquiridos pela importância de suas atividades laborais. Com a evolução da indústria, o número de alfaiates foi extremamente reduzido e, hoje, raramente passamos em frente à uma alfaiataria. Lembremos que quando da fundação do Partido Comunista, em 1922, este teve, entre os seus fundadores, a participação expressiva de representantes da profissão em comento, em virtude da relevante importância, naquela época, e que atualmente, se não extinta, não tem mais a projeção e importância política que tivera no passado.

Na esteira do que acima se coloca deve ser compreendido, também, o surgimento de novas profissões. Um bom exemplo a ser analisado é a recente regulamentação da categoria de profissionais de Educação Física (não confundir com professores de Educação Física).

Criada oficialmente na década de 30, com princípios filosóficos ligados ao treinamento militar, a obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular nas escolas brasileiras exigiu a presença do professor de Educação Física, de forma muito participativa, na formação de nossos jovens, tornando-se agente criador de uma nova consciência, de caráter histórico-crítico, na perspectiva da construção de uma sociedade de novo tipo, por meio de incentivo da prática regular de atividades físicas saudáveis, muito além de seu dever de ministrador de aulas e repetidor de exercícios, possibilitando, a todos, o acesso às demais formas de manifestação de desporto: participativo (comunitário) e competitivo (alto rendimento).

O interesse estratégico do Estado, des-

de então, em nada se aproximava da Educação Física enquanto elemento capaz de criar um mercado novo que pudesse determinar relações de produção, concentrar capital, gerar lucro, etc. Assim, o desporto no Brasil, durante muito tempo, foi visto como simples atividade terapêutica, prazerosa, lúdica, ligada ao bem estar físico e mental, que promovia a inclusão social, a integração entre as classes divergentes.

Com o desenvolvimento do desporto competitivo e de participação, abriu-se, em nosso país, uma nova perspectiva econômica, dentro da estrutura de produção capitalista existente. Surgiram, então, as academias e clubes esportivos

que viram no interesse da população em praticar atividades físicas regulares e, na formação de novos atletas, um novo filão comercial para auferir o seu lucro. Assim, passaram a efetuar a transferência do capital em poder da população aos empresários do setor, através dos “serviços” prestados pelos, então, professores de Educação Física, fora da estrutura das escolas, a alto preço para a população, de classe média e alta, e baixo custo para

os empresários do ramo, criando uma fonte inesgotável de muito, e fácil lucro, às custas do trabalho barato dos professores de Educação Física e leigos que careciam de espaços para trabalharem.

Como se vê, a atividade laboral dos, hoje, profissionais de Educação Física, já existia, de fato, anteriormente a Lei 9.696/98, que a “criou”. A referida Lei nada fez do que declarar o reconhecimento do Estado brasileiro de que a profissão efetivamente já existia, por força dos interesses econômicos anteriores a ela, e que permitia o seu exercício por pessoas habilitadas, ou não, assumindo, naquele instante, o discurso da “necessária” regulamentação, em defesa dos interesses da classe e da sociedade em geral.

A mencionada regulamentação, assunto polêmico e que já vinha se arrastando ao longo de décadas, sob os mais diversificados pontos de vista, porém sem qualquer conteúdo de análise à luz da relação de produção, do interesse do capital e de seus de-

fensores, tornou-se, por ocasião da mencionada Lei, o espaço fértil para viabilizar o projeto de criação dos órgãos fiscalizadores e, por consequência, a figura dos “donos” da reserva de mercado – senhores com poderes supremos para definir quem pode, ou não, trabalhar como profissional de Educação Física.

Esses senhores: “liberais travestidos de defensores da Educação Física e seus profissionais”, em defesa da tese de que tudo aquilo que é lucrativo não pode ser controlado pelo Estado, utilizando o argumento da evolução das relações de trabalho e da necessidade de adequação ao novo de glo-

balização, da defesa dos direitos e interesses da população, e ainda, da garantia de reserva de mercado aos habilitados em Educação Física, nada mais fizeram do que criar uma “pseudoprofissão”, que continuaria, inexoravelmente, a existir, independentemente da Lei que a regulamentou, implementando, ainda, o seu conselho federal e respectivos conselhos regionais que se tornaram os espaços ideais para viabilizar os interesses do

capital, do lucro, etc. e dividindo, por fim, todo o segmento em duas categorias distintas: profissionais e professores.

Assim, o professor de Educação Física, que sempre foi visto como um agente transformador ligado à área de educação, regido pela mesma legislação dos demais professores de outras disciplinas, hoje se encontra disperso em duas categorias distintas, em flagrante processo de divisão dos trabalhadores, fato este que, como sempre, só interessa aos patrões, empresários e demais subservientes aos interesses do capital, tornando precária a relação de trabalho tanto dos professores, quanto dos ditos “profissionais” e dificultando, também, a organização sindical.

Nesse quadro percebe-se que a atual situação dos profissionais e professores de Educação Física exige uma análise cuidadosa e responsável. Ambos têm um papel social a desempenhar na construção do projeto maior de uma sociedade mais fraterna, em que todos tenham oportunidades e di-

reitos, inclusive de praticarem atividades físicas, muito além da capacidade de depositarem moedas nos cofres das academias ou de clubes.

Esse projeto, que o Governo Federal vem demonstrando esforço em compreender e sensibilidade para implementar, somente será possível com a participação de todos, principalmente dos profissionais e professores de Educação Física, enquanto um coletivo unitário, organizado, capaz de se desvencilhar das influências moderninhas, mas que apontam para o atraso, para o retrocesso, para a desagregação da classe.

Tais oportunidades para a sociedade em geral requerem a exclusão do cenário, dos “donos do mercado” que nada mais visam do que “fazer caixa” para os órgãos fiscalizadores, num discurso, agora contrário àquele para a aprovação da Lei citada, aceitando o credenciamento de pessoas não habilitadas para atuarem nos clubes e academias, sem compromisso com os interesses políticos e sociais da classe, na perspectiva da mão de obra barata, maquiada com o dito credenciamento, a serviço do capital.

O Governo Lula, que vem demonstrando ter clareza de que o problema nacional é, também, de oportunidades, deve oferecer a todos, principalmente os menos favorecidos, e em especial aos filhos dos trabalhadores, a possibilidade da prática habitual de atividades físicas agradáveis, prazerosas, como forma de criar um novo ânimo, um sonho, perspectivas e desejos para que possam encontrar a felicidade, por meio de uma capacidade crítica, com consciência corporal, muito além da beleza estética, etc.

Sem o trabalho incentivador que se faz nas quadras das escolas não teremos atletas de alto rendimento. De nada adianta o estímulo, vindo dos estabelecimentos de ensino que, com certeza, lotaria as aulas de fitness, de ginástica aeróbica, etc, nas academias, se os empresários não compreenderem que os jovens, oriundos das classes mais pobres, como cidadãos em formação, também têm o direito de frequentá-las. O trabalho de conscientização está, portanto, ligado a todos, sem exceção, devendo ao profissional, ou professor de Educação Física, valorizado pelas entidades que dizem representá-los, assumir o seu papel na construção da unidade organizativa da classe, rejeitando qualquer proposta de divisionismo, dando, assim, a sua contribuição para a construção de um mundo melhor.

FALA PROFESSOR

# Queremos ser ouvidos

Entendemos que toda mudança deve ser para melhor. Um sistema educacional precisa estar sempre preparado para a evolução que o tempo naturalmente traz, atualizando-se e adaptando-se. Seria retrógrado resistir às mudanças da modernidade.

É notório que mudanças são por vezes traumáticas, mas há maneiras de amenizar e até evitar processo tão doloroso. Foi com muito pesar que nós professores e servidores da Escola Classe 45, situada no Setor P Sul da Ceilândia, recebemos a notícia de que o EJA (Educação de Jovens e Adultos) será retirado desta instituição de ensino.

O que mais nos entristece não é a mudança do local de trabalho – que não deixa de afetar as nossas vidas – mas o

modo como tudo isso está ocorrendo. Em nenhum momento nos foi questionado se esta mudança será realmente benéfica para professores, servidores e, principalmente, para alunos. Não houve pesquisa, acompanhamento ou tempo hábil para que a idéia fosse discutida e assimilada. Não ocorreram estudos e não pudemos fazer considerações, dar opiniões que julgamos valiosas.

Desta forma, surgem milhares de dúvidas que não podemos deixar de evocar: será que uma escola classe realmente não tem condições de atender parte de uma comunidade? Será que tais “Pólos de ensino”, destinados à educação de jovens e adultos, irão comportar tamanha demanda (afinal, serão extintos vários pontos de EJA)? Será que os centros educacionais

estão preparados para exercer tal trabalho? Sabemos que não é tarefa simples.

Nós, professores e servidores da Escola Classe 45 de Ceilândia temos o orgulho de dizer que esta escola funciona sim, e muito bem. E podemos garantir que esta não é uma opinião só nossa, mas da massacrante maioria de alunos e membros da comunidade local. Ao longo dos últimos anos esta escola foi se aprimorando nesta modalidade de ensino, dirimindo os problemas que foram surgindo no processo de implementação do EJA. Hoje, os sistemas de matrículas, avaliações, material de trabalho, segurança, profissionais, enfim, tudo que é necessário para um bom andamento de um trabalho de ensino, está funcionando em plena sintonia. Prova disso foi a

tristeza com que alunos, pais e profissionais da escola receberam a lastimosa notícia do fim deste ambiente de trabalho.

É dever do Estado proporcionar uma educação de qualidade para os componentes de sua nação e alterações são sempre necessárias para a busca de algo próximo à perfeição. O que questionamos não é a mudança, que acreditamos ter louvável intenção. O que contestamos é a forma como tudo isso foi imposto, sem que nos fosse dada a mínima chance de exercer o princípio básico da democracia: o direito de sermos ouvidos.

**Professores e servidores da Escola Classe 45 do P Sul.**

## Reforma tributária pode tirar 16,7% dos recursos da educação

A educação em nível nacional pode perder 16,7% dos recursos em 2004, caso seja aprovada a proposta de reforma tributária do jeito que está, com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) aos estados e municípios.

A DRU dá ao governo federal

o direito de manipular livremente até 20% do orçamento da União, o que abre a possibilidade (muito forte) dos recursos da educação serem desviados para outras áreas. A denúncia é dos pesquisadores Jorge Abrahão de Castro e Paulo Roberto Corbucci, do Instituto de

Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e divulgada pela CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Segundo a pesquisa, esse percentual representa uma perda de R\$ 8,9 bilhões, com base no orçamento do ano passado.

Os pesquisadores concluíram que os estados são responsáveis por 2,3% do financiamento público da educação, os municípios por 1,4%, enquanto o governo federal responde por apenas 0,8%. Para o Mec, entretanto, essa perda chegaria a R\$ 17,3 bilhões.



**Maria do Rosário**

**Disciplina:** História - 7ª e 8ª séries

CEF 5 - 408 Sul - Plano Piloto

**Permuta para:** Sobradinho ou Asa Norte

**Contato:** 387 1341 e 242 0931

**Joel Pires**

**Disciplina:** Português

CEF 03 Sobradinho

**Permuta para:** Cruzeiro - P.Piloto - Guará

**Contato:** 387 6746

**Thaise Crego A.Ferreira**

**Disciplina:** Atividades - 20h – noturno

São Sebastião

**Permuta para:** Núcleo Bandeirante,

Gama ou Plano Piloto

**Contato:** 9956 9046

**Rosimeire Galheno Teixeira**

**Disciplina:** Artes Plásticas

CEF 07 de Ceilândia

**Permuta para:** Taguatinga, Plano Piloto

ou Ceilândia Norte

**Contato:** 9622 7489 ou 561 0207

**Sirlei Messias Silva Passos**

**Disciplina:** Português -Planaltina

**Permuta para:** Plano Piloto

**Contato:** 631 1918 e 937 1144

# Sindicato oficializa participação em empréstimos bancários

A CUT firmou convênio com uma rede de aproximadamente 30 bancos no país inteiro, visando oferecer aos trabalhadores dos sindicatos a ela filiados empréstimos a juros mais baixos. Para os professores do Distrito Federal, a situação está no seguinte pé: • **professores da rede particular de ensino** - o SINPRO já enviou à CUT nacional a documentação necessária à assinatura dos convênios, com a rede de bancos. Os in-

teressados devem procurar o **Depart**, no sindicato, para ter esclarecimentos sobre o empréstimo; • **professores da rede pública de ensino** - neste caso, como depende de acordo com o GDF e BRB, a situação, pra variar, acaba sendo mais complicada. Isto porque, de um lado, o GDF tem que autorizar o desconto em folha dos valores dos empréstimos, para que os juros fiquem mais baixos; e de outro o próprio BRB até o momento não

aderiu ao convênio feito com a CUT. Em contatos feitos com o Secretário de Assuntos Sindicais, o mesmo afirmou que o governo tem interesse em aderir ao convênio, mas até o momento nada foi oficializado. A CUT-DF já solicitou audiência com a Secretária de Gestão Administrativa para tratar do assunto.

O Banco do Brasil já assinou convênio com a CUT, manifestando interesse em oferecer os empréstimos aos professores, mas depende também de autorização do GDF. Logo que a situação estiver resolvida, os professores serão informados.

## Audiência no Ministério do Planejamento

O SINPRO solicitou audiência no Ministério do Planejamento para reivindicar que o pagamento dos professores passe a ser feito através do Banco do Brasil. Isto porque, já que o governo federal passou a arcar com 100% da folha de pagamento dos professores e o GDF se recusou intransigentemente a atender com recursos próprios as reivindicações para melhoria do nosso plano de carreira, é justo que os nossos salários sejam pagos através de um banco federal.

## Proposta da CUT foi adotada pelo governo e viabilizou os empréstimos

A partir de uma proposta da CUT, o governo editou a Medida Provisória nº 130 e o decreto-Lei nº 4.840, em 17 de setembro, regulamentando o desconto em folha de pagamento e estabelecendo processos mais transparentes e acessíveis para os trabalhadores sindicalizados conseguirem empréstimos bancários.

Esses empréstimos serão descontados na própria folha de pagamento e, devido a redução do risco, já que contam com a participação dos sindicatos e da CUT, terão juros menores.

Originalmente esse acordo foi assinado entre a CUT e 19 instituições financeiras, tendo o número crescido, quando do fechamento desta edição, para mais de 30 bancos.

O principal objetivo da CUT em firmar esses acordos é possibilitar aos trabalhadores "livrarem-se das suas dívidas com o cheque especial", de um lado, e não estimular o "superendividamento" do empregado, de outro, diz o presidente nacional da central, Luiz Marinho.

### CONDIÇÕES

Os empréstimos serão feitos **sem** quaisquer cobranças de comissões, taxas

ou tarifas que sejam destinadas à CUT ou aos sindicatos filiados, a título de custo operacional ou outro qualquer. Os prazos para pagamento variam de seis a 36 meses.

Poderão realizar esses empréstimos todos os empregados de empresas privadas e servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e de seus respectivos órgãos em regime de trabalho da CLT que possuam mais de seis meses de contrato de trabalho em exercício; sejam aposentados por tempo de serviço desde que seus rendimentos sejam pagos pelo ex-empregado; pensionistas, desde que tal condição seja decorrente de morte do empregado e em condições iguais às do item anterior; possuam contrato de trabalho com duração remanescente superior ao prazo previsto para liquidação do empréstimo, após cumpridos os seis meses de efetivo exercício, estejam exercendo mandato legislativo ou executivo com prazo superior ao empréstimo; e estejam em gozo de licença para tratamento de saúde, mas recebendo os rendimentos integrais pagos pelo empregador.

## Central assina convênio para alfabetizar 300 mil trabalhadores

A Secretaria de Formação da Central Única dos Trabalhadores - CUT - assinou convênio com o Ministério da Educação para alfabetizar 300 mil trabalhadores nos próximos três anos.

É o projeto TODAS AS LETRAS, que tem quatro objetivos estratégicos: contribuir na luta para redefinição do papel do Estado como agente do desenvolvimento e provedor de políticas públicas; fortalecer a luta pela redução da jornada de trabalho; fomentar processos de desenvolvimento sustentável e fortalecer a luta em defesa da edu-

cação como política pública, laica, gratuita e universal.

Para o efetivo desenvolvimento desse projeto, existe a possibilidade de contratação de educadores da rede pública através de bolsa, de alunos de graduação das universidades e de educadores com disponibilidade nas comunidades, via contratação formal. O perfil desejado é de profissionais com experiência na EJA/Alfabetização, com relação e/ou envolvimento em movimentos sociais e com formação superior ou licenciatura.

## CUT condena acordo com o FMI

A Central Única dos Trabalhadores - CUT, divulgou nota oficial criticando os termos do acordo fechado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional - FMI.

Segundo a CUT, o acordo traz restrições ao crescimento econômico e à geração de empregos. "A manutenção da meta de superávit fiscal (4,25% sobre o PIB de 2004), ainda que com pequena flexibilização (utilização do excedente do superávit atingindo em 2003), dificulta as possibilidades dos investimentos públicos".

Para a Central, o acordo com o FMI não apresenta nenhuma solução para o problema do perfil e do montante da dívida pública brasileira, que já atinge o patamar de 60% do PIB e gera um montante de juros anuais de US\$ 150 bilhões, mais do que o dobro de toda a meta de superávit fiscal.

## Que Abolição?

Depois de muita luta e rebeliões contra a opressão e a exploração do povo negro, em 13 de maio de 1888 foi assinada a “abolição” da escravatura. Porém, sem políticas públicas de inclusão, nasceu com a “abolição” uma legião de excluídos que só aumentou com o passar dos anos, sendo hoje a maior da história.

O Brasil é uma das maiores potências do mundo, com uma economia moderna e diversificada. No entanto, a população afro-descendente ainda não teve acesso aos benefícios gerados por esse desenvolvimento.

Segundo as Nações Unidas, a população negra do Brasil está na 107ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano daquela instituição, enquanto a população branca está em 46º lugar. O rendimento médio dos negros é de 1,15 salários mínimos, enquanto o dos brancos é de 2,64 salários mínimos. A expectativa de vida dos negros é de 66 anos, contra 72 anos dos brancos. Segundo dados do IPEA, a população negra representa mais de 64% dos 53 milhões de pobres do país, sendo que 69% destes são indigentes.

O analfabetismo atinge 25% da população negra contra 10% da população não-negra; no ensino superior os negros ocupam apenas 2% das vagas, contra 98% dos não-negros; 52% dos domicílios ocupados por negros não possuem saneamento básico, contra 28% dos domicílios ocupados por brancos; 63% das crianças que indevidamente trabalham no país são negras, contra 37% não-negras.

Este é um quadro que precisa mudar, com a adoção de políticas públicas que terminem com a histórica discriminação, como é o caso da adoção de cotas para negros nas universidades, que a UnB já está adotando a partir do ano que vem.

# VIVA ZUMBI

## Dia Nacional da Consciência Negra

No dia 20 de novembro de 1695 foi assassinado Zumbi, o grande chefe da “primeira república verdadeiramente livre das Américas”, o Quilombo dos Palmares, formado entre 1604 e 1694, na Serra da Barriga, se estendendo entre Alagoas e Pernambuco.

Zumbi era sobrinho de Ganga Zumba (grande senhor), o rei do quilombo, com o qual rompeu após a assinatura do acordo de paz com a coroa, em 1678, sendo aclamado o grande líder pelos palmarinos que optaram pela liberdade.

Palmares reunia 12 mocambos – acampamentos de negros, índios e brancos que se refugiavam da perseguição portuguesa – e chegou a reunir 20 mil pessoas. Depois de suportar cerca de 25 ataques, só caiu com a segunda investida do coronel Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, em 6 de fevereiro de 1694.

Hoje, Zumbi é um herói e a data da sua morte é lembrada como dia Nacional da Consciência Negra.

### LULA

O Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.639, em 9 de janeiro deste ano, determinando a introdução de cursos de história da



cultura Afro-Brasileira na rede oficial de ensino - escolas públicas e privadas.

Os educadores brasileiros, entretanto, diz a Fundação Palmares, precisam ser capacitados para atuarem na orientação dos alunos, ensinando a história afro-brasileira e suas origens no continente africano, região de extraordinária dinâmica, cuja realidade contemporânea



Norberto, diretor do Sinpro, discursa na atividade Viva Zumbi

tem sido avaliada a partir de conceitos inadequados e incompletos.

## 1º DE DEZEMBRO: DIA MUNDIAL DE COMBATE À AIDS

O 1º de dezembro é o Dia Mundial de Combate à Aids. Essa data é celebrada em todo o mundo porque a doença está vencendo a luta contra a humanidade, avançando em quase todos os países.

Durante 2003, mais pessoas morreram de Aids do que nos anos anteriores, também surgindo mais casos do que em períodos passados.

A Aids é a principal causa de morte no continente africano e a quarta em todo o mundo.

O Fundo Conjunto das Nações Unidas para HIV e Aids - **UnAids** – e a Organização Mundial de Saúde estimam que cerca de 40 milhões de pessoas hoje são portadoras do HIV. E 2,5 milhões delas são crianças com menos de 15 anos.

A África abriga apenas 2% da popu-

lação mundial, mas detém 30% dos portadores do vírus em nível mundial. Em Botsuana e na Saúzilândia, 39% da população adulta está infectada. Além disso, o número de mortos começa a se aproximar do número de novos infectados. Das cinco milhões de novas infecções no mundo, 3,2 milhões ocorreram no sul da África.

Já faltam até mesmo professores, trabalhadores rurais e homens para o serviço militar em alguns países africanos.

A **UnAids** teme que na Ásia e no Leste da Europa aconteça uma explosão da doença. “A prevalência nessas regiões continua crescente e não mostra sinal de ceder”, diz o relatório da entidade divulgado na semana passada.

No Brasil foram registrados, até setem-

bro, 19.373 casos, sendo 5.762 relativos a 2003 e 13.611 relativos a 2002, divulgou o Ministério da Saúde. É um avanço, pois conseguimos estabilizar o número de novos infectados, com queda neste início de século em relação aos anos 90, quando passamos de 6.051 em 1990 e atingimos 28.229 casos em 1998, o ano de maior incidência da doença em nosso país.

Mas apesar desse avanço, do reconhecimento internacional que o Brasil tem pela própria ONU em função de ser um dos poucos países em desenvolvimento que conseguiu estabilizar o crescimento da doença, a situação é extremamente preocupante. Estimativas dizem que existem 600 mil portadores do vírus e que 400 mil não sabem que tem a doença e que também constam das estatísticas.

## DF realiza IV Festival Internacional de Bonecos

O Distrito Federal sediou, de 9 a 16 de novembro, o IV Festival Internacional de Bonecos, com a participação de sete países. As apresentações ocorreram em salas de teatro como a Plínio Marcos e a sala Cássia Eller, e em várias escolas das cidades satélites, no Gama, Sobradinho, Guará etc.

Vieram representantes da Venezuela, Argentina, Uruguai, Espanha, México, Itália e Colômbia. Entre os grupos nacionais, destacam-se o Giramundo, de Minas Gerais; o Mamulengo Presepada, do DF; Chico de Daniel, do Rio Grande

do Norte; João Creso, do Rio de Janeiro; e Gilberto Calungueiro, do Ceará.

Segundo Ricardo Moreira, organizador do evento, o IV Festival Internacional de Bonecos foi apresentado em várias escolas e recebeu inúmeros alunos nas salas de espetáculo, até mesmo porque a entrada é franca. Para ele, a maior dificuldade do festival é conseguir patrocínio, já que seus objetivos são oferecer cultura à comunidade e oportunidade de trabalho para os artistas.

Ricardo Moreira já anunciou a realização do V Festival para o próximo ano.

## Câncer: direito e cidadania

O impacto do diagnóstico de câncer é capaz de transformar qualquer ser humano, por mais estruturado que ele seja. Para ajudar aqueles que passam por situação semelhante, Antonieta Barbosa escreveu o livro *Câncer: direito e cidadania*. Nesta publicação ela aborda como a lei pode beneficiar os pacientes e seus familiares. Segundo a autora, depois de se descobrir portadora de câncer e começar a frequentar o Grupo de Apoio e Auto-Ajuda ao Paciente com Câncer, em Recife (PE) percebeu a carência de informações dos pacientes,

que desconheciam seus direitos e deixavam de usufruir os benefícios que o ordenamento jurídico oferece de forma esparsa e difusa.

Nessa publicação, em capítulos, a autora discorre sobre os direitos à aposentadoria, saque do FGTS, isenção de CPMF e de outros impostos, financiamento imobiliário, seguros e planos de previdência privada, entre outras questões. Sem dúvida nenhuma um valioso guia para que todos os que enfrentam essa doença possam superá-la e viver de maneira mais plena.

O livro está à venda nas principais

livrarias.

Todas as matérias são de responsabilidade da Secretaria de Imprensa e do Conselho Editorial, exceto aquelas assinadas por seus autores.

Sinpro-DF - SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111, Tel.: 321-5678 Fax: 226-7743, 226-9533 (Imprensa) CEP: 70.300-500 - Brasília-DF - Subsede em Taguatinga, CNB 4, lote 3, loja 1, telefones 562-4856 e 562-2770.- Subsede no Gama - SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106 - Telefones: 556-9105 - e-mail: imprensa@sinprodf.org.br - www.sinprodf.org.br

**Jornalistas** - Afonso Costa e Junia Lara -  
**Fotografia** - Welber Souza - **Diagramação** - Wellington Braga  
**Impressão** - Plano Piloto - Serviços Editoriais - **Tiragem** - 30.500 exemplares

## JUBILEU DE PRATA do Sinpro

No próximo ano o Sindicato dos Professores comemora 25 anos. Nesse sentido, a diretoria do Sinpro instituiu uma Comissão de Organização que está preparando uma série de atividades, que começarão em março de 2004.

Um dos objetivos principais dessa comemoração é resgatar a história do Sindicato, fazer um registro de todas as lutas e experiências acumuladas ao longo desses anos.

Estamos solicitando aos professores que desenvolvem atividades artísticas e culturais que procurem a Secretaria de Formação do nosso Sindicato, a fim de participarem dessas atividades.



O professor Anderson Batista Lins foi o vencedor do concurso de fotografias promovido pelas empresas HP e Yahoo. Ele ganhou na categoria humor, com a foto intitulada "cabeça". Participaram representantes de toda a América Latina, o que faz da vitória do nosso colega, há nove anos ensinando Artes Plásticas na rede pública, algo de maior expressão.

## Festival da Cultura Popular de Brasília e Entorno

Começou no dia 17 e vai até o dia 23 de dezembro o Festival da Cultura Popular de Brasília e Entorno, promovido pelo Teatro Invenção Brasileira.

É a comemoração dos 20 anos do grupo de teatro Mamulengo Presepada, que se consagra com mais de mil apresentações em 25 países, transmitindo conhecimento e estudos sobre a cultura popular brasileira. O Festival da Cultura Po-

pular de Brasília e Entorno tem entrada franca e reunirá grupos de bumba-meu-boi, cacuriá, maracatu, mamulengo, cativeiros, cantadores, violeiros, circenses e outros artistas para celebração e divulgação da cultura brasileira produzida na região. A programação está sendo divulgada no site mamulengo@ig.com.br ou através dos telefones 3033-8376 e 9198724.

### Diretoria Colegiada do Sinpro

Adalberto Duarte de Oliveira  
Adilson César de Araújo  
Antonio Ahmad Usuf Dames  
Antônio de Lisboa Amâncio Vale  
Antoneto de Souza Lima  
César Santos Ferreira  
Cláudia Alves Pinheiro  
Cláudia Maria do Amaral de Souza  
Denilson Bento da Costa  
Francis Franqueira Fernandes

Francisco Barbosa  
Francisco Joaquim Alves  
Isabel Portuque de Souza Felipe  
Jalma Fernandes de Queiroz  
José Antônio Gomes Coelho  
José Norberto Calixto  
José Raimundo Souza Oliveira  
Márcia Gilda Moreira  
Maria Augusta Ribeiro  
Maria Bernardete Diniz da Silva  
Maria José Correia Muniz

Nelson Moreira Sobrinho  
Robson de Paiva Salazar  
Rodrigo Pereira de Paula  
Rubens Guedes Memória  
Sebastião Honório dos Reis  
Valdenice de Oliveira  
Valesca Rodrigues Leão  
Washington Luis D. Gomes

### Secretaria de Imprensa

Augusta - César Santos - José Antonio